



RELAÇÕES AFRODIASPÓRICAS ENTRE LÍNGUAS E TRADIÇÕES BANTU: A RESISTÊNCIA COMO SÍMBOLO

*Débora Cristina de Araújo¹
Cesário Lopes Manuel Nunes Lino²
Vitor Amorim dos Reis³*

Resumo: Compreendendo a língua e a cultura como marcas de encontros afrodiaspóricos, este artigo reúne reflexões oriundas de lugares geograficamente distantes mas que mantêm aproximações históricas: Moçambique, no continente africano e, no Brasil, o estado do Espírito Santo. São dados provenientes de duas pesquisas de mestrado em andamento, sendo uma sobre Moçambique, cujo foco são as políticas educacionais para a difusão da educação bilíngue (línguas bantu e portuguesa) e outra sobre a tradição do Ticumbi (Baile de Congo) no estado do Espírito Santo e suas marcas afrodiaspóricas. Por meio da revisão bibliográfica, os estudos captados nos levantamentos acenam a luta pela preservação e expansão das línguas bantu na educação formal moçambicana e a resistência cultural do Ticumbi como tradição afro-brasileira.

Palavras-Chave: Ticumbi; Línguas bantu; Cultura afro-brasileira e africana.

AFRO-DIASPORIC RELATIONSHIPS BETWEEN BANTU LANGUAGES AND TRADITIONS: RESISTANCE AS A SYMBOL

Abstract: Understanding language and culture as marks of Afro-diasporic encounters, this article brings together reflections from geographically distant places but which maintain historical similarities: Mozambique, on the African continent and, in Brazil, the state of Espírito Santo. These are data from two ongoing master's research studies, one on Mozambique, which focuses on educational policies for the dissemination of bilingual

¹ Doutora e Mestra em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Graduada em Letras - Português/Inglês (2003) pela Universidade do Estado do Paraná, Campus de Paranavaí. Professora de Educação das Relações Étnico-Raciais no Departamento de Teorias do Ensino e Práticas Educacionais do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. É professora permanente do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGPE) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), ambos da Ufes. Coordena o LitERÊtura - Grupo de estudos e pesquisas em diversidade étnico-racial, literatura infantil e demais produtos culturais para as infâncias. Realiza pesquisas nas áreas de literatura infantil e juvenil; educação e relações étnico-raciais; educação e diversidade; práticas pedagógicas; Análise Crítica do Discurso. <https://orcid.org/0000-0001-8442-3366>

² <https://orcid.org/0009-0000-0265-6685>

³ <https://orcid.org/0009-0001-7942-1910>



education (Bantu and Portuguese languages) and the other on the tradition of Ticumbi (Baile de Congo) in the state of Espírito Santo and his Afrodiasporic marks. Through the bibliographical review, the studies captured in the surveys highlight the struggle for the preservation and expansion of Bantu languages in Mozambican formal education and the cultural resistance of Ticumbi as an Afro-Brazilian tradition.

Keywords: Ticumbi; Bantu languages; Afro-Brazilian and African culture.

RELACIONES AFRODIASPÓRICAS ENTRE LENGUAS Y TRADICIONES BANTÚS: LA RESISTENCIA COMO SÍMBOLO

Resumen: Entendiendo la lengua y la cultura como marcas de encuentros afrodiaspóricos, este artículo reúne reflexiones desde lugares geográficamente distantes pero que mantienen similitudes históricas: Mozambique, en el continente africano y, en Brasil, el estado de Espírito Santo. Son datos de dos investigaciones de maestría en curso, una sobre Mozambique, que se centra en las políticas educativas para la difusión de la educación bilingüe (lenguas bantú y portuguesa) y otra sobre la tradición del Ticumbi (Baile de Congo) en el estado de Espírito Santo y sus marcas afrodiaspóricas. A través de la revisión bibliográfica, los estudios captados en las encuestas resaltan la lucha por la preservación y expansión de las lenguas bantúes en la educación formal mozambiqueña y la resistencia cultural del Ticumbi como tradición afrobrasileña.

Palabras-clave: Ticumbi; Lenguas bantúes; Cultura afrobrasileña y africana.

RELATIONS AFRO-DIASPORIQUES ENTRE LANGUES ET TRADITIONS BANTOUS : LA RÉSISTANCE COMME SYMBOLE

Résumé: Comprenant la langue et la culture comme marques des rencontres afro-diasporiques, cet article rassemble des réflexions provenant de lieux géographiquement éloignés mais qui entretiennent des similitudes historiques : le Mozambique, sur le continent africain et, au Brésil, l'État d'Espírito Santo. Il s'agit des données de deux études de recherche de maîtrise en cours, l'une sur le Mozambique, qui se concentre sur les politiques éducatives pour la diffusion de l'enseignement bilingue (langues bantoues et portugaises) et l'autre sur la tradition du Ticumbi (Baile de Congo) dans l'État d'Espírito Santo et ses marques afro-diasporiques. Grâce à la revue bibliographique, les études recueillies dans les enquêtes mettent en évidence la lutte pour la préservation et l'expansion des langues bantoues dans l'éducation formelle mozambicaine et la résistance culturelle du Ticumbi en tant que tradition afro-brésilienne.

Mots-clés: Ticumbi; Langues bantoues; Culture afro-brésilienne et africaine.

INTRODUÇÃO

Este artigo nasce de um encontro trans-índico-atlântico, possibilitado por meio da pesquisa acadêmica que uniu geograficamente lugares que possuem mais



aproximações do que reconhecemos aparentemente. Um dos locais é o estado do Espírito Santo, no Brasil. Permeado por marcas histórico-culturais de povos de origem bantu, destacam-se algumas importantes tradições afro-brasileiras, como o Jongo, o Caxambu e o Ticumbi. Tais tradições reúnem, neste artigo, os termos “afro” e “brasileiro” pois estão na intersecção entre, de um lado, negociações e resistências (no campo brasileiro), e, de outro, ancestralidade e africanidade.

O outro local aqui discutido é Moçambique, em sua diversidade linguística e cultural. O ponto em comum entre ambos os locais (um país do continente africano e um estado brasileiro) está na língua e na luta pela preservação desse valor tão caro a qualquer povo: a capacidade de se comunicar com o idioma de seu coração, de seus antepassados. Mas há outra proximidade cultural entre ambos os locais e que se relaciona justamente à língua: o opressor em comum, responsável por buscar, de diversas maneiras, destituir dos povos sua maior marca que é a comunicação.

A língua portuguesa foi e é, em ambos os locais, responsável por tentar aniquilar modos complexos de organização mental e comunicativa como, por exemplo, sistemas numéricos em Moçambique (Paulus GERDES⁴, 2008) ou, em contexto brasileiro, todo um conjunto de ritos estabelecidos nas tradições bantu, conforme discute Nei Lopes (2010). À parte isso, a resistência tem sido constante, seja nos modos de reorganização de cosmogonias de origem africana no Brasil, seja por meio de ações e políticas educacionais para promover a difusão das línguas bantu, em contexto moçambicano.

É sobre esses encontros afrodiáspóricos, pautados na resistência, que este artigo trata. Reúne discussões de duas pesquisas de mestrado em andamento, sendo uma produzida por um estudante moçambicano, cujo foco são as políticas educacionais de Moçambique para a difusão da educação bilíngue em seu país (tendo as línguas bantu como base do bilinguismo, ao lado da língua portuguesa), e outra por um mestrando brasileiro, que analisa a tradição do Ticumbi no estado do Espírito Santo e suas marcas afrodiáspóricas. Ambas estão sendo produzidas em um programa de pós-graduação em Educação.

O objetivo do artigo é reunir produções teóricas e acadêmicas que contextualizam a problemática em torno do bilinguismo em Moçambique e os desafios

⁴ Neste artigo, mesmo que “subvertendo” as normas acadêmicas, todas as vezes em que citarmos uma autora ou autor pela primeira vez, transcrevemos seu primeiro nome junto ao sobrenome, com intenção de destacar a produção das mulheres, recorrentemente invisibilizadas nas produções acadêmicas.



que uma tradição de base africana enfrenta no contexto do Espírito Santo. Dividido, para além desta introdução, em outras três partes, este artigo primeiro contextualiza a problemática aqui proposta e busca mostrar as aproximações entre ambas as pesquisas: a resistência diante de uma língua que, como seu colonizador, busca dominar e padronizar culturas. Em seguida, apresenta o levantamento de produções acadêmicas sobre os temas aqui investigados (bilinguismo em Moçambique e Ticumbi no Espírito Santo), mostrando lacunas e avanços. Ao final, recupera a importância de ambos os temas para o próprio ensino sobre história e cultura afro-brasileira e africana.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Como recurso essencial para a comunicação entre os seres humanos, a língua é um patrimônio cultural dos povos, pois reúne suas histórias, crenças e valores, conferindo-lhes a sua identidade cultural. Em África, especialmente entre os povos bantu, a língua transmite elementos da tradição, de modo que é impossível realizar certas práticas sem ela. Alguns exemplos são os tabus linguísticos, provérbios, ideofones, contos e outras manifestações em que a língua é fundamental, o que requer, de seu falante, a aprendizagem constante da sua e de outras línguas que permeiam sua cultura. Mas com a invasão portuguesa, o status das línguas “da terra” alterou-se. Isso ocorreu, em primeiro lugar, porque os colonizadores desvalorizaram as línguas africanas, chamando-as erroneamente de dialetos, o que produziu, como consequência, uma noção inferioridade dessas línguas em relação ao português, que passou a ser a língua oficial e dominante. E, a partir da língua, todos os demais valores culturais locais passaram a ser também inferiorizados, como bem descrevem Paulina Chiziane e Elisa Martins (2015, p. 25):

O colonialismo em África promoveu a superioridade de tudo o que era proveniente das antigas potências. Esta superioridade não permitiu dialogar, nem escutar a voz do continente africano. Em nome da construção do novo mundo se fez a usurpação do *ter*, a África foi dividida em colônias, pela Conferência de Berlim. As crenças e religiões foram abaladas. As várias instituições africanas foram destruídas. A arte de cura e a religião tradicional foram perseguidas, proibidas, os seus praticantes mortos ou escravizados. Os curandeiros e os magos foram considerados diabólicos.



A repressão dos valores socioculturais nativos durante o período colonial representa um capítulo nebuloso na história da humanidade. Esse processo, caracterizado pela violência e pelo etnocentrismo, causou danos duradouros às comunidades nativas, impactando negativamente suas identidades, crenças, práticas e organização social. Na atualidade, ainda é notório a prevalência da imagem da ideologia colonialista na forma como as línguas são consideradas nos países africanos. Um exemplo é o fato de que as línguas europeias são usadas em ambientes comerciais e formais, como na educação, na administração, na política, por exemplo, por serem consideradas línguas de prestígio internacional, diferentemente das africanas, que são frequentemente relegadas a contextos informais, como na família e na comunidade.

Portanto, a compreensão da história das línguas africanas nos ajuda a entender como as diversas concepções de povo foram construídas ao longo do tempo, para além de contribuir na preservação e promoção dessas línguas, que são parte integrante da cultura e da identidade de África. Diversos estudos descrevem que a diversidade étnica, linguística e cultural no continente africano constitui uma de suas características mais marcantes, o que faz com que até hoje não se consiga definir com precisão o número exato de línguas existentes. Alguns autores, como Pathé Diagne (2010), estimam que existam entre 1300 e 1500 línguas, enquanto Herman Batibo (2005) propõe de 2.000 a 2.500 línguas. Gervásio Chambo (2020) e Armindo Ngunga (2014) afirmam que existem mais de 2.000 línguas.

Essa problemática está associada a vários fatores, sendo um deles a dificuldade em estabelecer critérios mais explícitos para a distinção entre língua e dialeto, sobretudo em ambientes multilíngues com um passado histórico colonial marginalizado, como o do continente africano, sobre o qual a palavra “dialeto” porta uma sensação preconceituosa e de inferioridade. Nesse sentido, Marcos Bagno (2011, p. 380) destaca como o emprego do termo “[...] ‘dialeto’ fora dos estudos científicos (embora, às vezes, também neles), sempre tem sido carregado de preconceito racial e/ou cultural. Nesse emprego, ‘dialeto’ é uma forma ‘errada’, ‘feia’, ‘ruim’, ‘pobre’ ou ‘atrasada’ de se falar uma ‘língua’”. E, como descrevem Rajabo Abdula, Alexandre Timbane e Duarte Quebi (2017, p. 31), “[...] todas as línguas africanas eram consideradas dialetos pela ideologia colonial [...]”, contexto que se soma ao fato de como a noção de “dialeto” é uma maneira também usada



para “[...] distinguir as ‘línguas’ dos povos ‘civilizados’, brancos, das formas supostamente primitivas de falar dos povos ‘selvagens’” (BAGNO, 2011, p. 380).

Essa posição discriminatória, excludente e eurocêntrica que perdura até hoje é consequência direta da ideologia construída pelo Ocidente durante o período de invasão e exploração do continente africano, que colocava a língua e a cultura europeia como superiores às africanas. O desafio está posto, mas também há propostas, como o que defende Timbane (2019, p. 27): “[...] há necessidade de se aprofundar os estudos sobre as línguas africanas, pois, os trabalhos dessa ordem podem, especificamente, contribuir para o esclarecimento de fronteira entre língua e dialeto no inventário linguístico de África”. Essa afirmação levanta uma questão sociolinguística importante que merece ser refletida: considerando o senso comum estabelecido por uma lógica eurocêntrica em que a pergunta “Você fala que dialeto?” é, cotidianamente, dirigida a uma pessoa africana, enquanto “Você fala que língua?” é direcionada a uma europeia, qual é a distinção entre língua e dialeto? Silvana de Almeida e Timbane (2022, p. 714) refletem que:

O conceito é discutível porque o que pode ser língua para as culturas africanas, pode ser dialeto e vice-versa. As pessoas recorrem à língua como instrumento de comunicação para tal, já que a mesma consiste na capacidade dos seres humanos em fazer uso dos sinais e símbolos que seu sistema de comunicação dispõe para a construção da fala. De acordo com Lyons (1987) às línguas naturais têm uma estreita ligação entre língua e fala. Logicamente, esta pressupõe aquela: não se pode falar sem usar a língua (isto é, sem falar uma determinada língua), mas é possível usar a língua sem falar. Lyons sustenta que a língua é independente da fala.

Portanto, a distinção entre língua e dialeto é complexa e não há consenso universal, ainda mais porque a “[...] subalternização das línguas em detrimento de uma língua hegemônica contribui para que se tenham falantes com linguagem emitindo comunicações que não correspondam à sua epistemologia” (ALMEIDA; TIMBANE, 2022, p. 714). É isso que, de certa maneira, implicou e implica a luta pela preservação de tradições africanas no Brasil: manter, em grupos culturais como os jongos, os congos, os ticumbis e tantos outros, línguas e/ou variantes linguísticas africanas (e de base oral) preservadas mesmo diante de uma política cultural que normatizou e oficializou uma única língua como hegemônica em detrimento de um multilinguismo aqui já existente (por meio dos povos originários) e depois se ampliou com o sequestro e escravização de povos africanos. É como discutem Almeida e Timbane (2022, p. 74):



A língua, como meio de comunicação foi inventada para ser falada e não escrita. A escrita é uma invenção artificial criada recentemente para permitir o registro. O eurocentrismo introduziu o conceito ‘oficialização’ que em muitos momentos não faz sentido em contextos multilíngues como é o caso de povos indígenas e povos iorubás. O multilinguismo é um fenômeno normal que é gerido dentro das comunidades sem o uso do termo oficialidade. Por quê? Porque o termo ‘oficial’ ofusca e elimina as línguas não oficiais. Essa eliminação não apenas prejudica o elemento linguístico das comunidades, mas também o elemento cultural porque a língua é ao mesmo tempo cultura de um povo.

Nesse sentido, a oralidade (inventada primeiro que a escrita, conforme supracitado) vem sendo o vínculo principal da relação afrodiaspórica que centraliza o debate deste artigo. Foi, e continua sendo, por meio da oralidade que, no contexto moçambicano, as línguas bantu foram/são preservadas, ainda que com menos prestígio social. Da mesma maneira, as tradições afro-brasileiras só perduraram até hoje por causa da oralidade, já que, muitas delas perseguidas ou marginalizadas, não puderam ser registradas de modo escrito. Assim, ainda que oralidade em ambos os contextos possa significar um menor reconhecimento social diante da língua oficial e escrita, ela também representa a maior marca de resistência diante da opressão colonial. Afinal, concordando com Sandra Petit e Wagner Ventura (2019, p. 191), a oralidade é “[...] um outro sistema de vida, pensamento e construção do conhecimento, que ultrapassa de longe o domínio da escrita, e que é maior também em termos de anterioridade, pois temporalmente bem mais antiga” e integra “[...] filosofia, ética, estética, linguagem, ciência, saber e sabedoria, de forma fluída, sem fragmentações”.

Esses são valores bastante presentes em tradições culturais afro-brasileiras, como é o caso do Ticumbi, no Espírito Santo. Também chamado de Baile de Congo, trata-se de uma manifestação de base africana bastante teatral. Acompanhada de uma orquestra musical e trajes luxuosos, a apresentação narra, por meio de encenações, um cortejo real. Mesmo durante os acontecimentos trágicos do tempo da escravidão, manifestações como o Ticumbi, o Congado e outros já coroavam pessoas negras de forma efetiva, construindo uma série de simbologias, filosofias, enredos, disputas e linguagem, que envolvem as cortes do rei de Congo e o rei de Bamba. O Ticumbi, por exemplo, recupera um conflito ocorrido no reino do Congo, conforme descrito por Aline Nascimento (2018b, p. 23):



A obra do historiador Elikia M'Bokolo (2012) fornece fontes que contribuem para elucidar a origem do ritual. Nessa obra, o autor apresenta um relato em que personagens históricos no século XVII travam uma disputa engendrada por uma crise de sucessão ao Reino de Congo, durante os anos de 1614 a 1641. Os nomes dos atores desse conflito são o rei de Congo e o duque de Mbamba, chefe da província de Mbamba, que provocava o poder do imperador ao recusar o pagamento dos impostos instituídos pelo rei de Congo.

O Ticumbi do Espírito Santo localiza-se na região norte do estado, territorialidade que nas últimas décadas está sendo cercada por grandes monoculturas de eucalipto, plantio que demanda em seu manejo grande quantidade de água e largas aplicações de pesticida, o que tem dificultado bastante o modo de vida das comunidades tradicionais que estão ali presentes. Apesar das dificuldades diárias, é uma territorialidade fortemente marcada por tradições culturais como o Jongo, a Capoeira, a Folia de Reis, o Alardo, entre outras e, neste caso, ressaltando as devoções a São Benedito.

A região do Sapê do Norte é um local de extensa plantação de eucalipto. Nessa região estão localizadas muitas comunidades quilombolas férteis em práticas tradicionais de caráter devocional. Inúmeros são os grupos de devoção a São Benedito localizados nesse território, que abriga as regiões de São Mateus e Conceição da Barra. Esses são dois dos mais antigos municípios do Estado do Espírito Santo. (NASCIMENTO, 2018b, p.14)

No caso do Baile de Congo de São Benedito no município de Conceição da Barra-ES, suas principais festividades são concentradas no dia 31 de dezembro e 1º de janeiro. É quando o Ticumbi sobe o Rio Cricaré⁵ para buscar São Biniditinho, ou São Bino, como é carinhosamente chamado São Benedito das Piabas do Corgo Fundo, santo que pertenceu ao lendário Benedito Meia Légua⁶:

⁵ Conforme explica Simone Ferreira (2009, p. 26), Cricaré é uma denominação tupi e original do rio que, em 1596, foi substituída pelo nome São Mateus, atribuído pelo jesuíta José de Anchieta. A autora informa, baseada em Teodoro Sampaio, que “Cricaré” trazia a leitura dos povos originários da região acerca do rio e seu movimento – “corr. Kiri-kerê, o que é propenso a dormir, o dorminhoco” (SAMPAIO, 1987)” (FERREIRA, 2009, p. 26), o que representa bem a paisagem meandrante do rio em seu baixo curso – enquanto São Mateus representava a dominação colonial cristã que se impunha sobre aquele território.

⁶ “O líder quilombola Benedito Caravelas, mais conhecido como Benedito Meia Légua, nasceu em 1805 onde hoje é um município de São Mateus, no norte do Espírito Santo. O apelido foi dado por causa das constantes viagens a pé que ele fazia, sobretudo para a região nordeste do Brasil. Benedito Caravelas invadia fazendas, quebrava senzalas, organizava fugas e ações em quilombos: tinha como missão de vida libertar pessoas escravizadas”. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/governo-do-estado-cria-premio-benedito-meia-legua>. Acesso em: 13/02/2024.



A procissão para buscar o São Bino se realiza no dia 31 de dezembro. Os brincantes saem da comunidade onde ensaiaram a noite toda, embarcam em uma chalana e se dirigem para Barreiras, para buscar o São Biniditinho. No Cais da Barca, outras embarcações se agrupam com devotos para o mesmo destino, a comunidade de Barreiras. Ao chegar nessa localidade, os devotos percorrem a comunidade até se aproximarem da Igreja de São Benedito das Piabas. Todos retornam com o santo para a cidade de Conceição da Barra, onde se encontram com a imagem do santo padroeiro. O cortejo ganha as ruas da cidade com as duas imagens, se dirige à Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e, em seguida, à Igreja de São Benedito, próximo ao trevo, onde guardam os dois santos, que serão homenageados no dia seguinte. A dramatização ocorre no dia 1 de janeiro, em frente à igreja de São Benedito. Os personagens, nesse dia, estão caracterizados e realizam o auto em honra ao santo negro (NASCIMENTO, 2018b, p. 74).

Abrindo uma exceção para alterar a pessoa verbal deste artigo (de terceira pessoa do plural para a primeira), é extremamente relevante apresentarmos aqui uma das experiências vivenciadas por um dos autores deste texto ao ter seu primeiro contato com o Ticumbi de São Benedito (em Conceição da Barra), dada a carga cultural e emocional.

Na condição de estudante de graduação de História à época (ano de 2018), tive a oportunidade de assistir o encontro do Baile de Congo de São Benedito em parceria com a Orquestra Sinfônica do Espírito Santo⁷, que ocorreu no teatro Glória⁸. A apresentação foi nomeada “De Terto para Berto: o mestre pede passagem”, e se tornou um dos marcos da transição do antigo mestre, Tertolino Balbino⁹, para o novo mestre, Berto Florentino¹⁰. Como descrito por Osvaldo Martins de Oliveira e Rosa Maria de Oliveira (2022, p. 104):

A liderança do Baile de Congos de São Benedito entrou em transição do mestre emérito Tertolino Balbino para Berto Florentino em abril de 2018. Apesar disso, nos eventos festivos realizados na passagem de 2019 para 2020, o mestre emérito continuava prestando assistência ao novo mestre para que esse se consolidasse como tal.

⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=isPeff2PF2I>. Acesso em: 20/02/2024.

⁸ Um dos teatros mais antigos de Espírito Santo, localizado no centro de Vitória.

⁹ Antigo mestre do grupo, falecido em 2021 ficou à frente do grupo por 69 anos e ainda é lembrado nos versos do Baile de Congo, como o mestre emérito. Fonte: Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/cultura/faleceu-mestre-terto-o-mais-longevo-da-cultura-popular-capixaba>. Acesso em: 10/01/2024.

¹⁰ Atual mestre do Baile de Congo de São Benedito.



Confesso que na época em questão, eu não tinha muito evidente em minha mente a proporção da importância da luta quilombola existente de forma secular no Sapê do Norte e também não tinha visto o Ticumbi. E, de certa forma, fui para esse encontro de forma despreziosa. Logo de cara, uma das cenas que me chamou muita atenção foi a entrada do Baile de Congo no palco do teatro. O mestre emérito vinha à frente do baile sendo carinhosamente conduzido por Berto Florentino, que lhe dava o braço de apoio para facilitar seu caminhar. Assim, mesmo debilitado, era visível o carinho de todos os brincantes para com mestre Terto.

O maestro da Orquestra Sinfônica do Espírito Santo, Helder Trefzger, de certa forma tentava conduzir uma tradição secular deste território. O Baile entrou impecável com suas vestes brancas, seus tradicionais chapéus enfeitados com flores rememorando a história de São Benedito, o violeiro e os congos com seu pandeiro em punho. Ao começar o espetáculo, lembro de ter me impressionado com a forma que aquelas mãos negras deslizavam de forma tão suave sobre o pandeiro, produzindo um som “estalado”. A maior parte da Orquestra acompanhava com instrumentos de sopro e cordas, mas notei, ao fundo, dois músicos que ficaram responsáveis por tocar o pandeiro. Era nítido o desconforto rítmico dos dois, frente aos especialistas do Ticumbi. Era notório que se tratava de uma grande oportunidade para ambos os lados: uma vivência rítmica muito rica para orquestra e a oportunidade de visibilidade e reconhecimento para o Baile de Congo de São Benedito de Conceição da Barra.

Um dos apogeus dessa devoção à São Benedito no teatro foi quando Jonas Balbino, o rei de Congo, proferiu a sua embaixada contando a história da trajetória gloriosa de seu pai, Tertolino Balbino, à frente e na condução do Ticumbi: “Um herói pelo Sapê do Norte apareceu”. Naquele momento testemunhei que o mestre (hoje falecido) foi honrado em vida por seus descendentes e partiu sabendo que deixou amplas condições para a continuidade desta tradição que conduziu magistralmente por quase sete décadas.

O mestre emérito fica todo feliz
Está sorrindo junto com o criador.
(Baile de Congo de São Benedito, 2022).

A Orquestra Sinfônica do Espírito Santo, bem como todas as pessoas ali presentes, estávamos diante do contato com valores civilizatórios afro-brasileiros,



presentes no Ticumbi e que são fundamentados por Azoilda Loretto da Trindade (2005, p. 30-31):

A África e seus descendentes imprimiram e imprimem no Brasil valores civilizatórios, ou seja, princípios e normas que corporificam um conjunto de aspectos e características existenciais, espirituais, intelectuais e materiais, objetivas e subjetivas, que se constituíram e se constituem num processo histórico, social e cultural. E apesar do racismo, das injustiças e desigualdades sociais, essa população afrodescendente sempre afirmou a vida e, conseqüentemente, constitui o/s modo/os de sermos brasileiros e brasileiras.

O violeiro, o senhor Renan dos Santos, comandava a festa e os demais, tanto da Orquestra, quanto do corpo de Baile que o acompanhavam a devoção empunhando seus pandeiros, que era tocado cheio de repiques, produzidos pelos dedos deslizando no couro. Em se tratando da parte rítmica, eu também nunca tinha ouvido nada igual. Quando paro para pensar, noto que ainda sou tocado imensamente por esse encontro, repleto de música, teatralidade, ancestralidade, beleza dos trajes e pelo enredo conduzido, além da organização e do olhar cuidadoso dos mais velhos com um garoto que compunha o grupo e que estava no começo de sua trajetória na brincadeira. Reflexões como essas ainda perpassam os meus pensamentos.

Findado esse relato em primeira pessoa, retomamos a reflexão sobre como, juntamente com a marca da oralidade, presente nessa tradição cultural, também está a aprendizagem, em que o silêncio e a observação são ferramentas intrínsecas ao processo, como destaca Sandro Silva (2014, p. 6):

Em muitos casos a maestria é aprendida no silêncio, na espreita, na dissimulação e na timidez que a presença ainda jovem diante dos mais velhos permite. As formas sutis de aprendizado e elevação à condição de mestre se ocultam no lento processo que envolve a produção social da biografia pessoal. Tal processo é de difícil enunciação no tempo curto da pesquisa, mas pode ser captado nas biografias e nas histórias de vida dos mestres.

Tais práticas de aprendizagem também são marcas presentes e oriundas de tradições seculares africanas de ouvir e observar para aprender, por meio da oralidade¹¹. Mas à medida em que as estratégias coloniais de se perpetuar sobre um povo se

¹¹ Amadou Hampâté Bâ (2010, p. 169) assim nos ensina: “Se formulássemos a seguinte pergunta a um verdadeiro tradicionalista africano: ‘O que é tradição oral?’, por certo ele se sentiria muito embaraçado. Talvez respondesse simplesmente, após longo silêncio: ‘É o conhecimento total’”.



complexificam, também passa a ser necessário não apenas a aprendizagem no seio familiar ou comunitário; é preciso transpor conhecimentos caros à cultura de um povo para os bancos escolares. Assim, criam-se movimentos bivalentes: de um lado a preservação e valorização da cultura oral (como é o exemplo do Ticumbi, escolhido para este artigo) e, de outro, do direito à educação formal por meio de seu idioma materno (como é o caso de Moçambique, também compondo este estudo). A seção seguinte se preocupa justamente em captar esses movimentos por meio de pesquisas já realizadas.

O QUE INFORMAM AS PESQUISAS ACADÊMICAS

Nesta seção, dois quadros foram organizados e, a partir deles, as pesquisas captadas serão apresentadas. Se de um lado, o segundo grupo de estudos destaca a resistência e as estratégias de perpetuação da cultura do Ticumbi, o primeiro grupo enfatiza os diversos desafios para o ensino bilíngue em Moçambique, dentre eles o principal: a falta de formação docente. Os dois grupos reúnem artigos, dissertações e teses extraídos do Google Acadêmico, do Portal de periódicos da Capes, do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e, em menor constância, da biblioteca eletrônica Scielo. O recorte temporal oscilou entre 2017 a 2002 (para as pesquisas sobre Moçambique) e recorte temporal livre para as pesquisas sobre Ticumbi, visando captar o máximo de estudos, já que se trata de um tema bem mais específico e reduzido academicamente. A metodologia proposta foi inspirada na revisão bibliográfica de tipo metassintético, que, de acordo com Livia Cavalcante e Adélia de Oliveira (2020, p. 92), se interessa por “[...] conduzir a uma análise crítica das amplas interpretações dos estudos examinados como um todo [...]”.

Quadro 1: Pesquisas sobre as políticas educacionais em prol das línguas bantu em Moçambique

TÍTULO	AUTORIA	TIPO	AN O
Do ensino bilingue em Moçambique: elementos em jogo na sua implementação e desenvolvimento	Ângela Filipe Lopes; Maria da Graça L. Castro Pinto	Artigo	2017
O português Makhuwa: representação escrita e proposta de exercícios didáticos no Ensino Bilíngue	Artinesio Widnesse Saguate	Tese	2017



Educação bilíngue em Moçambique: reflexões sobre a relação entre língua oficial e materna no ensino básico	Lucas Rodrigues Soares da Conceição	Artigo	2018
Percepção dos professores e encarregados de educação sobre o ensino bilíngue: caso da ZIP de Chimondzo em Gaza	Nelpódio Anselmo Miranda	Artigo	2018
O letramento na formação de formadores em Moçambique: o caso da educação bilíngue	Samima Patel	Artigo	2018
Moçambique: olhares sobre a educação bilíngue e seus professores	Samima Patel	Artigo	2020
Educação bilíngue em Moçambique e o empoderamento comunitário	Silvestre Cumbane	Dissertação	2020
Ensino bilíngue em Moçambique: discurso e realidade	Adelina Stela Chambal; Manuel Guro	Artigo	2021
Uma política pública de combate ao insucesso e ao abandono escolar em Moçambique: o programa de ensino bilíngue	José Bento Aleixo	Tese	2021
Varição Linguística no Livro Didático do ensino bilíngue em Moçambique: verbos da Língua Echuwabo como objeto de análise	Rajabo Alfredo Mugabo Abdula	Tese	2021
Ensino bilíngue em Moçambique: um confronto entre forças centrípetas e centrífugas	Lourenço Alfredo Covane	Tese	2022

Fonte: Organização dos autores e da autora

A partir disso, cada pesquisa será aqui brevemente apresentada destacando-se outros aspectos importantes. A primeira delas foi realizada por Lopes e Pinto (2017), que apresentaram uma análise crítica sobre a implementação do ensino bilíngue em Moçambique, questionando a validade da política da língua portuguesa no país, estabelecida como oficial desde a independência, em 1975. Essa política, que defende o uso exclusivo do português como língua de instrução, tem sido criticada por vários/as linguistas e uma parte da sociedade civil, que argumentam que ela prejudica o acesso à educação de crianças e jovens que falam línguas bantu como língua materna.

As autoras identificaram dois principais modelos de ensino bilíngue em discussão no contexto africano e moçambicano, sendo o modelo de transição (que prevê que as línguas bantu sejam usadas nos primeiros anos de escolaridade, para depois serem substituídas pelo português) e o modelo de manutenção (que prevê que as línguas bantu sejam usadas ao longo de toda a escolaridade). Lopes e Pinto (2017) argumentam que o segundo modelo é o mais adequado para Moçambique, pois promove o desenvolvimento



integral dos/as estudantes por meio de uma coexistência entre as duas línguas, o caso do português e as línguas bantu, em que ambas são valorizadas de forma equitativa, além de levar em conta os conhecimentos e experiências culturais e linguísticas dos/as estudantes.

A pesquisa de doutorado de Saguete (2017) mostrou que o ensino bilíngue em Moçambique enfrenta o desafio da representação preconceituosa das línguas nativas, um legado do colonialismo que ainda persiste na sociedade moçambicana. Essa representação, que considera as línguas nativas como inferiores ao português, dificulta o processo de ensino e aprendizagem das línguas e pode levar à desvalorização das línguas nativas. O autor constatou também que os/as estudantes do ensino bilíngue circulam dialogicamente entre as duas línguas, utilizando-as de acordo com o contexto, ainda que essa circulação seja marcada pela valorização do português, que é visto como uma língua mais importante e prestigiosa.

Conceição (2018) analisou os fenômenos linguísticos e não linguísticos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem de línguas, com foco no ensino bilíngue em Moçambique. Também como Lopes e Pinto (2017), o estudo identificou o modelo de manutenção como o mais adequado para o ensino bilíngue no país, pois permite que os alunos e alunas desenvolvam suas habilidades em ambas as línguas. O autor defende que esse modelo deve estar voltado ao desenvolvimento da capacidade de usar a língua para comunicar, por meio de atividades variadas que sejam adequadas aos objetivos, aos conteúdos pedagógicos específicos e à realidade sociocultural dos/as estudantes.

Avaliando a implementação da política linguística de educação bilíngue na província de Gaza (Moçambique), Miranda (2018) realizou sua pesquisa em duas escolas de Chimondzo, no distrito de Bilene, com a participação de seis docentes do Ensino Bilíngue e seis responsáveis (pais ou mães). O estudo mostrou que o corpo docente manifesta posicionamento favorável ao ensino bilíngue, apontando que o ensino na língua materna facilita a interação com os/as estudantes e a compreensão dos conteúdos e aquisição de novos conhecimentos. No entanto, também identificaram dificuldades, como a transição de changana para português. No âmbito das famílias, os posicionamentos foram divergentes entre si, já que parte é favorável, pois se sente orgulhosa pelo fato de a língua changana ser usada no contexto escolar; outra é contrária, pois considera que o ensino bilíngue retarda a aprendizagem de seus filhos e filhas, que necessitarão do português para acessar espaços sociais diversos.



Também realizada com estudantes, a pesquisa de Patel (2018) identificou que os/as alunos/as participantes das entrevistas apresentavam níveis de letramento variados, tanto em português como em suas línguas maternas. Estudantes que eram provenientes de zonas rurais e que não tinham acesso à educação bilíngue desde a educação primária apresentavam níveis de letramento mais baixos. Os resultados defendem que o acesso à educação bilíngue desde a educação primária é essencial para o desenvolvimento do letramento.

Da mesma autora, outro artigo, produzido em 2020, enfocou professores/as e a relação com o ensino bilíngue, destacando que a formação atual disponibilizada nos cursos é insuficiente para atender às demandas da educação bilíngue, que exige uma abordagem holística e inclusiva. Um dos principais desafios identificados pela pesquisa de Patel (2020) é a escassez de recursos humanos, materiais e financeiros. Essa escassez dificulta a implementação de uma formação de qualidade, que inclua todas as áreas curriculares e esteja alinhada com as necessidades das escolas bilíngues.

O artigo de Cumbane (2020) analisou a relação entre língua, educação e comunidade na educação bilíngue em Moçambique. O autor baseou-se no conceito de “cidadania linguística” para argumentar que a educação bilíngue tem o potencial de empoderar as comunidades e os conhecimentos por elas produzido, mas que, na prática, essa potencialidade não está sendo plenamente aproveitada. Ele também constatou que as comunidades e seus conhecimentos continuam a ocupar uma posição periférica no processo de ensino-aprendizagem, já que as comunidades têm pouca participação como agentes ativos no processo e a escola, e seu conhecimento, são sobrevalorizados.

Também constatando que um dos grandes entraves para a efetiva implementação de um ensino bilíngue em Moçambique é a formação docente, o texto de Chambal e Guro (2021) destacou que o ensino bilíngue em Moçambique ainda é incipiente já que, se ele acontece, os/as professores/as não recebem formação específica para ensinar em duas línguas e muitas vezes não têm domínio suficiente da língua local para poderem utilizá-la como meio de instrução. Outro problema identificado na pesquisa é a falta de material didático-pedagógico adequado, além de que são ainda escassos e muitas vezes de baixa qualidade.

A tese de Aleixo (2021) discutiu, como tema central, o insucesso e o abandono escolar em Moçambique. A partir de uma abordagem qualitativa, o autor analisou



documentos relativos à educação bilíngue e monolíngue, bem como entrevistas semiestruturadas a membros seniores do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, professores/as, diretores/as das escolas e membros de Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologias. Os resultados da pesquisa mostraram que a língua constitui um dos fatores para a evasão ou reprovação escolar já que o ensino em língua portuguesa, que é a língua oficial do país, é um desafio para muitos/as alunos/as, principalmente aqueles/as que vivem em zonas rurais e que falam línguas nativas diferentes do português.

Por meio da análise da variação linguística do Echuwabo¹² nos materiais didáticos usados no ensino bilíngue em Moçambique, Abdula (2021) constatou que os programas de ensino e os planos curriculares reconhecem a natureza multilíngue do país e a importância do ensino das línguas nacionais. No entanto, não há orientações explícitas sobre como tratar as variedades linguísticas dessas línguas no campo do ensino.

Os resultados do estudo revelaram que existe uma lacuna entre os princípios do ensino bilíngue, que reconhecem a diversidade linguística do país, e a prática, que tende a privilegiar a variedade Echuwabo.

A partir de uma abordagem bakhtiniana, Covane (2022) analisou as forças centrípetas (que buscam a homogeneidade e a unidade) e centrífugas (que buscam a diversidade e a pluralidade) que permeiam o programa de educação bilíngue no país. Os resultados da pesquisa de Covane mostram que há uma tensão conflituosa entre essas duas forças no contexto moçambicano, já que as forças centrípetas são representadas pelo modelo oficial de ensino bilíngue, que preconiza o uso do português como língua de instrução e das línguas nacionais como línguas de apoio. As forças centrífugas, por sua vez, são representadas pelas práticas de ensino e aprendizagem que ocorrem nas escolas, que muitas vezes não refletem o modelo oficial. O autor concluiu o seu estudo afirmando que a educação bilíngue em Moçambique vive um dilema cultural, educacional e social que oscila entre a aceitação e a contestação. Por isso, ele sugere a valorização das relações dialógicas no processo de ensino e aprendizagem de línguas, da leitura e da escrita no programa de educação bilíngue.

¹² Língua falada na região à volta da cidade de Quelimane, na província central da Zambézia, em Moçambique.



As pesquisas aqui apresentadas, apesar de usarem diferentes metodologias e se concentrarem em diversos contextos, revelam um panorama de desafios e promessas para o futuro da educação bilíngue em Moçambique. Dentre os vários desafios, destaca-se o ceticismo em relação à efetividade desse tipo modelo, ou seja, apesar de haver um grupo de pessoas que reconhece os benefícios de educação bilíngue como ferramenta de inclusão cultural e social, ainda prevalece, para muitas pessoas, dúvidas sobre a qualidade e os resultados provenientes dessa modalidade. O outro desafio elencado tem a ver com a escassez de recursos humanos, materiais e financeiros para a implementação efetiva desse modelo. Entretanto, apesar das dificuldades, sua implementação pode se tornar um pilar fundamental para o desenvolvimento do país.

Quadro 2: Pesquisas sobre o Ticumbi no Espírito Santo

TÍTULO	AUTORIA	TIPO	ANO
Cantares Ticumbis: Resistência e memória na literatura oral de Comunidades Quilombolas	Michele Freire Schiffler, Jorge Luiz do Nascimento	Artigo	2014
O riso e o popular como representação da diáspora atlântica no Ticumbi de Conceição da Barra, ES	Michele Freire Schiffler	Artigo	2014
Reis em devoção, o Ticumbi de Conceição da Barra: Ritual, memória e tradição	Aline Meireles do Nascimento	Dissertação de Mestrado	2018
Ticumbi: Território de Reis	Aline Meireles do Nascimento	Artigo	2018
Baile de Congos de São Benedito e seus mestres: Tradição cultural, memória e reexistência	Oswaldo Martins de Oliveira; Rosa Maria de Oliveira	Artigo	2022

Fonte: Organização dos autores e da autora

O artigo de Schiffler e Nascimento (2014) centraliza-se na força da palavra, denominada no texto de literatura oral, que é reconhecida no poder da narrativa do Ticumbi. Nesse sentido, suas cantigas representam força motriz de interação social, resgate de uma origem histórica, perpetuação de saberes e da resistência frente às mazelas enfrentadas no processo de escravidão na diáspora, que foram/são enfrentados para dar continuidade à tradição. O objetivo do estudo foi contextualizar historicamente o Baile de Congo, a cultura popular e a força histórica elencada nos versos cantados durante o Ticumbi. Um destaque dado pelo autor e pela autora foi a construção híbrida estabelecida nessa expressão cultural por meio das formas de africanidades que a influenciaram,



interagindo com influências da cultura popular do medievo europeu. Conforme Nascimento e Schiffler (2014, p. 5):

[...] é possível observar a composição híbrida de seus versos, sendo reconhecíveis não só elementos da cultura africana e da constituição de comunidades remanescentes de quilombos, mas também a (re)construção de estruturas líricas tradicionais que remontam à cultura popular medieval.

Schiffler escreveu também outro artigo captado no levantamento. A autora utilizou como arcabouço teórico Bakhtin, na tentativa compreender o riso, ou seja, a alegria presente no Baile de Congo de São Benedito como forma central de resistência desta tradição desde os tempos da escravidão (SCHIFFLEER, 2014). Além de contextualizar sobre o que seria a cultura popular, a origem histórica da tradição, antepassados importantes, a devoção e sua territorialidade, outro ponto importante para Schiffler (2014) foi compreender a sátira e suas formas complexas de aplicação e interpretação, de qual maneira acontece seu manuseio dentro do corpo de baile do Ticumbi. A partir de seu texto, é possível compreender que para um povo que viveu em situações horrendas de condição humana durante a escravidão, o riso foi e continua sendo sua principal arma de resistência e perpetuação dos saberes e fazeres.

Assim como Schiffler teve dois estudos captados no levantamento, encontramos dois trabalhos de Aline Nascimento (2018a; 2018b). O primeiro é um breve artigo que é um fragmento do segundo texto (sua dissertação de mestrado). Em Nascimento (2018a) ela destaca parte da pesquisa participativa, produzida através da observação, entrevistas e vivências da autora sobre as práticas dos festejos de São Benedito, com os brincantes e suas famílias. Apresenta, ainda, de modo sucinto, um aparato histórico geral da tradição, enfatizando sua origem africana, sua importância territorial, os saberes dos mestres e seu legado ancestral com a continuidade da tradição.

É na sua dissertação de mestrado (NASCIMENTO, 2018b) que o tema é aprofundado: o objetivo foi analisar a memória e a ancestralidade do Ticumbi, investigando inclusive o ensaio geral realizado pelos integrantes para o tradicional cortejo do dia 31 de dezembro e a apresentação em frente à igreja de São Benedito no dia 1º de janeiro.

A pesquisa apresenta uma riqueza de imagens, árvores genealógicas dos mestres, fazeres do ritual, as estruturas hierárquicas, a corporalidade presente, enfatizando os



versos de resistência que são proferidos e como são aplicados na brincadeira, bem como o papel da dança e da ancestralidade na tradição. Buscando entender a complexidade do Ticumbi, a autora destaca elementos da cultura ibérica, a partir do culto de São Benedito, da tradição africana, além de elementos históricos do território em que o Baile está inserido (Conceição da Barra) e as comunidades quilombolas do entorno, a exemplo de Porto Grande e Barreiras, locais de extrema importância para o Ticumbi.

O último artigo do levantamento é Oliveira e Oliveira (2022) e seu objetivo foi analisar as memórias dos brincantes do Baile de Congo de São Benedito. Por meio da etnografia, através de entrevistas realizadas, o estudo priorizou a memória do falecido mestre Emérito, Tertolino Balbino, e do atual mestre, Berto Florentino. O autor e a autora chegaram à conclusão que os mestres são herdeiros de uma tradição cultural herdada por seus ancestrais e que suas narrativas contêm memória dos antepassados, da luta e do território quilombola do Sapê do Norte¹³. Outro ponto crucial do texto é a explicação sobre a dinâmica de apresentação do Ticumbi:

1ª) Marcha de rua, parte cantada, ocorre no percurso até a chegada ao local do baile; 2ª) Marcha de entrada, também chamada de apresentação; 3ª) Entrada do Rei de Congo com seu secretário, quando ocorre o discurso do rei; 4ª) Entrada do mestre do baile; 5ª) Chulata, momento de danças e coreografias expressivas dos congos e de cantos para São Benedito, onde falam da certeza de que o santo e o Menino Jesus estão olhando por eles; 6ª) Subida e corrida de contra guias, que se subdivide na entrada e na volta de contra guias; 7ª) Embaixadas, parte constituída pelos discursos e versos poéticos dos reis e seus secretários; 8ª) Guerras, que é uma parte constituída de simulações de confrontos e golpes de espadas entre os dois reis e seus respectivos secretários; 9ª) Empire, quando todos se ajoelham para cantar uma reza e, segundo dizem, é a parte mais religiosa do baile; 10ª) Subida do corpo de baile, quando os congos cantam em dupla, e o corpo de baile responde; 11ª) Ticumbi, parte cantada; 12ª) Roda Grande, parte que retrata os acontecimentos sociais e políticos do ano que passou; 13ª) Marcha de retirada, também denominada despedida, é constituída de música e dança para finalizar o baile (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2022, p. 99).

O grupo de estudos sobre Ticumbi aqui brevemente apresentado demonstrou que, apesar de em menor proporção quando comparado ao primeiro grupo de pesquisas

¹³ “Nos saberes locais, ‘sapê’ designa o capim bastante abundante da região e sua característica marcante: a persistência com que volta a nascer após sua retirada [...]. O sapê seria uma metáfora local para o processo de resistência dos grupos à ação do empreendimento da monocultura do eucalipto, que procura expulsá-los nos últimos quarenta anos. Ao mesmo tempo que, cortado em grandes quantidades para fazer roçados, ele brota com vigor, dias depois” (SILVA, 2006, p. 278).



(por se tratar de uma manifestação que se encontra centralizada no extremo norte do Espírito Santo), são investigações que ressaltaram, como já destacado, a resistência cultural, religiosa e ancestral sob um contexto que nem sempre reconhece a riqueza patrimonial e histórica dessa tradição para o seu território, elementos que se unem à luta moçambicana para a preservação das línguas bantu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já referido anteriormente, com o processo de invasão colonial em Moçambique registrou-se um fenômeno de subalternização das relações de poder entre as línguas e culturas dos povos locais e dos europeus. Ou seja, começou-se desenhar uma política linguística de submissão, em que a língua do colonizador passou a ser tomada como instrumento de civilização, valorizada principalmente em ambientes formais, como na escola, e as línguas bantu passam a ser marginalizadas e proibidas em domínios públicos e institucionais. Conforme descreve Saguete (2017, p. 37), “[...] através dessa política, transmitiu-se a imagem de que o português era mais importante do que as línguas nativas, por isso devia servir de padrão expressivo para transmissão de valores considerados de civilização entre as elites”. Por outro lado, à imposição da língua portuguesa foi acompanhada por uma série de oposições dicotômicas, como: “‘gente superior/ gente inferior’, ‘gente civilizada/ gente selvagem’, ‘cultura superior/ cultura inferior’, ‘língua/dialeto’” (SAGUATE, 2017, p. 37).

Trata-se de uma particularidade ocorrida de forma similar no Brasil em que o poder colonial fez uso de diversas estruturas de poder para atravancar a sobrevivência das práticas africanas no Brasil (NASCIMENTO, 2017). Além da liberdade que foi cerceada, práticas religiosas, linguísticas, bem como culturais e estéticas – como a capoeira (que era meio de defesa), o samba e, neste caso, específico, o Ticumbi – foram recorrentemente perseguidas mas que têm resistido ao longo dos séculos em um território hostil com suas práticas.

Um exemplo disso foi destacado por Nascimento (2018b): na memória dos brincantes do Baile de Congo de São Benedito, os antepassados que participaram da tradição anualmente faziam o processo do pedido de licença na delegacia conjuntamente com a autorização da prefeitura de Conceição da Barra para o acontecimento do Baile de Congo.



Ao investigar sobre as transformações desse ritual centenário, que é o Ticumbi, membros mais antigos do grupo pontuaram algumas mudanças significativas. Berto Florentino relatou que há muitos anos os brincantes precisavam “pedir licença” para realizar o ritual. Durante o cortejo, o grupo deveria passar pela prefeitura e pela delegacia para requisitar essa autorização. Ele aponta que essa prática era comum nos tempos mais remotos de apresentação do Ticumbi, em Conceição da Barra, inclusive na época da escravidão (NASCIMENTO, 2018b, p. 47).

Já em Moçambique, apesar desse cenário crítico, nos finais da década de 1970 registram-se algumas ações favoráveis às línguas bantu. Por exemplo, a Universidade Eduardo Mondlane (UEM), através da Faculdade de Letras, introduziu algumas disciplinas de Linguística Bantu como forma de promover a investigação científica das línguas autóctones. Além disso, foi criado dentro da UEM, o Núcleo de Estudos de Línguas Moçambicanas (NELIMO), com objetivo de promover e desenvolver a investigação das línguas bantu.

É possível, diante de exemplos como esses, identificar movimentos de avanços e de estagnações ocorrendo em paralelo. As estagnações referem-se à existência de algum ceticismo em relação ao modelo em vigor em Moçambique. Se por um lado existem pessoas que aceitam e confiam no modelo, por outro lado há quem duvide da qualidade e dos resultados que advêm desse tipo de educação. Essa imagem de negação ou rejeição está associada, muitas vezes, a um pensamento colonialista que considera que o ensino em línguas moçambicanas pode retardar a aprendizagem escolar e na aquisição do português como língua de prestígio.

Por outro lado, ainda que os resultados preliminares destaquem a ausência de formação docente adequada para o trabalho de implementação de uma política bilíngue naquele país, também é possível identificar uma tendência de inversão do quadro científico em Moçambique, onde as línguas do grupo desse tronco linguístico são tomadas como referência em vários estudos nas instituições de ensino superior. Isso é um sinal positivo, pois indica que a importância das línguas moçambicanas está sendo reconhecida e valorizada.

Portanto, apesar desses desafios, as pesquisas analisadas mostram que a educação bilíngue é uma proposta promissora para a promoção do acesso à educação e do desenvolvimento das línguas moçambicanas. A implementação dessa proposta pode



contribuir para a melhoria da qualidade da educação em Moçambique e para o fortalecimento da identidade cultural do país.

Da mesma maneira, a difusão da riqueza cultural, educacional, social e política de tradições como o Ticumbi no contexto brasileiro (particularmente o capixaba) pode contribuir com a implementação da Lei 10.639/2003, responsável por tornar obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira no ensino fundamental e médio. E nisso se inclui também o que preconiza o Parecer CNE/CP 03/2004 (BRASIL, 2004), responsável instituir as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”: o acesso e divulgação das produções culturais afro-brasileiras abrangerá, entre outros conteúdos, “[...] iniciativas e organizações negras [...] que têm contribuído para o desenvolvimento de comunidades, bairros, localidades, municípios, regiões (exemplos: associações negras recreativas, culturais, educativas, artísticas, de assistência, de pesquisa, irmandades religiosas, grupos do Movimento Negro)” dando-se destaque “[...] a acontecimentos e realizações próprios de cada região e localidade” (BRASIL, 2004, p. 21). Assim sendo, o acesso a tais conhecimentos, por parte dos/as das redes de ensino do Espírito Santo, representará, também, o acesso à formação sobre a própria história do Brasil, marcada por uma estreita relação afrodiáspórica.

REFERÊNCIAS

ABDULA, Rajabo Alfredo Mugabo. *Marcas de influência do Echuwabo no português de Moçambique: a questão dos verbos nas redes sociais*. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara. São Paulo, 2021.

ABDULA, Rajabo Alfredo Mugabo; TIMBANE, Alexandre António; QUEBI, Duarte Olossato. As políticas linguísticas nos PALOP e o desenvolvimento endógeno. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, n. 31, p. 21-44, 2017.

ALEIXO, José Bento. *Uma política pública de combate ao insucesso e ao abandono escolar em Moçambique: o programa de ensino bilíngue*. Tese (Doutorado em Ciências da Educação). Universidade de Évora - Instituto de Investigação e Formação Avançada, 2021. Disponível em: https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/29828/1/Doutoramento-Ciencias_da_Educacao-Jose_Bento_Aleixo.pdf. Acesso em: 29/02/2024.

ALMEIDA, Silvana da Silva Santana de; TIMBANE, Alexandre Antônio. Analisando a cultura e as línguas africanas, a partir da Costa da Mina até a formação da identidade brasileira. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras* São Francisco do



Conde (BA), v. 2, nº Especial, p. 700-726, 2022. Disponível em: <https://testerevistas.unilab.edu.br/index.php/njngaesape/article/view/1045/828>. Acesso em: 27/02/2024.

AGUIAR, Marciel de. *Os últimos Zumbis: A saga dos negros no vale do Cricaré durante a escravidão*. Porto Seguro: Brasil-Cultura, 2001.

BAGNO, Marcos. O que é uma língua? Imaginário, ciência & hipóstase. In: BAGNO, Marcos; LAGARES, Xoán Carlos (Orgs.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BATIBO, Herman. *Language decline and death in África: Causes, consequences, and challenges*. Multilingual Matters, 2005.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. *Diário da Oficial da União*, Brasília, DF, 19 mai. 2004. Disponível em: <https://editalequidaderacial.ceert.org.br/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 18/03/2024.

CAVALCANTE, Livia Teixeira Canuto; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-102, abr. 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v26n1/v26n1a06.pdf>. Acesso em: 29/02/2024.

CHAMBAL, Adelina Stela; GURO, Manuel Z. Ensino bilíngue em Moçambique: discurso e realidade. *Revista Moçambicana de Psicologia e Educação – PSIEDU*, v. 1, n. 3, p. 160-171, set/2021. Disponível em: <https://www.up.ac.mz/media/attachments/2021/09/16/revista-mocambicana-de-psicologia-e-educacao-vol1-numero3.pdf.pdf>. Acesso em: 29/02/2024

CHAMBO, Gervásio Absolone [et al.]. *A educação bilíngue em Moçambique: guia prática*. Pontevedra, Espanha: Universidade de Vigo, 2020. Disponível em: <http://www.repositorio.uem.mz/bitstream/258/599/1/2020%20%20Chambo%2C%20Gerv%C3%A1sio%20Absolone.pdf>. Acesso em: 29/02/2024.

CHIZIANE, Paulina; MARTINS, Elisa. O colonialismo e a repressão dos valores socioculturais em Moçambique: um estudo de caso na comunidade de Nampula. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, v. 3, n. 2, p. 34-48, 2015.

CONCEIÇÃO, Lucas Rodrigues Soares da. Educação bilíngue em Moçambique: reflexões sobre a relação entre língua oficial e materna no ensino básico. *Inventário*. n. 22, p. 87-98, dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/inventario/article/view/23575/17358>. Acesso em: 29/02/2024.

COVANE, Lourenço Alfredo. *Ensino bilíngue em Moçambique: um confronto entre forças centrípetas e centrífugas*. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP - Campus de Marília, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/69491f8d-8d87-4441-b104-a9b8470d1fa2>. Acesso em: 29/02/2024.

CUMBANE, Silvestre. Educação Bilíngue em Moçambique e o empoderamento comunitário. *Multilingual Margins: A journal of multilingualism from the periphery*, v. 7, n. 1, p. 11-29, 2020. Disponível em: <https://www.epubs.ac.za/index.php/mm/article/view/1376>. Acesso em: 13/01/2023.

DIAGNE, Pathé. História e linguística. *História Geral da África*. v. 1, p. 247-281, 2010. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000042823>. Acesso em: 03/06/2023.



FERREIRA, Simone Raquel Batista. “*Donos do lugar*”: A territorialidade quilombola do Sapê do Norte-ES. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

GERDES, Paulus (Org.). *A numeração em Moçambique*: contribuição para uma reflexão sobre cultura, língua e educação matemática. Morisville; Londres: Lulu.com, 2008.

HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (Ed.). *História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África*. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010, p. 167-212.

LOPES, Ângela Filipe. PINTO, Maria da Graça L. Castro. Do ensino bilíngue em Moçambique. *Linguarvm Arena*. v. 8, p. 62-92, ano 2017. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/LinguarvmArena/article/view/3249/2933>. Acesso em: 29/02/2024.

LOPES, Nei. Religiões afro-brasileiras: um novo olhar. *Afro-Hispanic Review*. v. 29, n. 2, p. 197-210, outono/2010. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/41349350?read-now=1&seq=14#page_scan_tab_contents. Acesso em: 27/02/2024.

MABASSO, Eliseu. Espetando rosas em espinhos da micaia? o português e as línguas bantu na televisão pública em Moçambique. *Verbum*, Cadernos de pós-graduação. v. 11, n. 1, p. 12-24, 2022. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/verbum/article/view/58143>. Acesso em: 22 de nov. 2022.

MIRANDA, Nelpódio Anselmo. Percepção dos professores e encarregados de educação sobre o ensino bilíngue: caso da ZIP de Chimondzo em Gaza. *UDZIWI, Revista de Educação da Universidade Pedagógica*. Ano IX, n. 31, p. 35-52, dez. 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/41584969/Revista_UDZIWI_Dezembro. Acesso em: 29/02/2024.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro*. São Paulo, Editora Perspectiva, 2017.

NASCIMENTO, Aline Meireles do. Ticumbi: Território de Reis. *Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo*, v. 2, n. 3, p. 120-127, 2018a. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/revapees/article/view/32260>. Acesso em: 22/03/2024.

NASCIMENTO, Aline Meireles do. *Reis em devoção, o Ticumbi de Conceição da Barra: ritual, memória e tradição*. Dissertação (Mestrado em Artes). Universidade Federal do Espírito Santo, 2018b.

NGUNGA, Armindo. *Introdução à Linguística Bantu*. 2. ed. Maputo: Imprensa Universitária da UEM, 2014.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. OLIVEIRA, Rosa Maria de. Baile de Congos de São Benedito e seus mestres: Tradição cultural, memória e reexistência. *Simbiótica*. v. 9, n. 2, p. 99-121, maio/ 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/39247/25725>. Acesso em: 22/03/2024.

PATEL, Samima. O letramento na formação de formadores em Moçambique: o caso da educação bilíngue. *Línguas & Letras*, Unioeste, v. 19, n. 44, p. 54-65, 2018. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/20484/pdf>. Acesso em: 29/02/2024.

PATEL, Samima. Moçambique: olhares sobre a educação bilíngue e seus professores *África: passado, presente, perspectivas*. Aportes para o ensino de História e Culturas Africanas. Uberlândia: Navegando Publicações, 1ª Ed. p. 147, 2020. Disponível em: https://www.editoranavegando.com/files/ugd/35e7c6_6719ced2130a4909b5b5492eb10728fedf#page=147. Acesso em: 21/01/2024.



PETIT, Sandra Haydée; VENTURA, Wagner Maycron. Parangadinkra: potencialidades pretagógicas, ensinamentos e filosofias de três adinkras do povo Akan em Gana. *Revista da ABPN*, v. 12, n. 31, p.189-217, dez 2019 - fev. 2020. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/828/763>. Acesso em: 28/02/2024.

SAGUATE, Artinésio Widnesse. *O português makhuwa: representação escrita e proposta de exercícios didáticos no ensino bilíngue*. Tese (Doutorado em Letras). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-10112017-120739/publico/2017_ArtinesioWidnesseSaguater_VCorr.pdf. Acesso em: 29/02/2024.

SCHIFFLER, Michele Freire. NASCIMENTO, Jorge Luiz do. Cantares Ticumbis: resistência e memória na literatura oral de comunidades quilombolas. In: *Anais... I Congresso Nacional Africanidades e Brasilidades*, n. 1, 26 a 29 de junho de 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/cnafricab/article/view/5876>. Acesso em: 29/02/2024.

SCHIFFLER, Michele Freire. O riso e o popular como representação da diáspora atlântica no Ticumbi de Conceição da Barra, ES. *REEL – Revista Eletrônica de Estudos Literários*, Vitória, s. 3, ano 10, n. 15, p. 1-19, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/reel/article/view/11872>. Acesso em: 29/02/2024.

SILVA, Sandro José da. Quilombolas no Espírito Santo: Identidade e territorialidade. *Revista Dimensões*, n. 18, p. 272-300, 03 jun. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2448/1944>. Acesso em: 29/02/2024.

SILVA, Sandro José da. Apresentar e representar: os Jongos e Caxambu capixabas. *Série Patrimônio Cultural e Extensão Universitária*, v. 2, p. 1-19, fev. 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPatExt_n2_m.pdf. Acesso em: 27/02/2024.

TIMBANE, Alexandre. Políticas linguísticas de internacionalização do português nos países africanos de língua oficial portuguesa: caminhos e desafios do português africano. *Revista de Estudos de Português Língua Internacional*. v. 2, n. 2, p. 187-205, jul./dez., 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/repli/article/view/64329>. Acesso em: 27/02/2024.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. Os valores civilizatórios afro-brasileiros na educação infantil. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Org.). *Valores afro-brasileiros na educação*. Boletim 22, nov. 2005, p. 30-36. Disponível em: <https://culturamess.files.wordpress.com/2012/01/valoresafrobrasileiros.pdf>. Acesso em: 28/02/2024.

Recebido em: 29.04.2024

Aprovado em: 22.05.2024